

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERACÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

CAPÍTULO 3

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 30/06/2020

Gislan Santos Sampaio

Mestrando em Administração — UFBA —
Salvador-BA,
<http://lattes.cnpq.br/0522235430107747>

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Universidade Federal do Pará — Belém-PA,
<http://lattes.cnpq.br/0596318196840570>

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Faculdade Luciano Feijão — Sobral-CE,
<http://lattes.cnpq.br/0008637422329772>

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Cultura em Camaçari-BA na formulação de uma política pública específica, O Festival de Cultura e Arte de Camaçari-BA. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório, descritivo utilizando a abordagem qualitativa, com análise de todos os editais e artistas que participaram das edições dos anos de 2012 a 2016. Dentre os principais resultados observados, são apontados a relevância das ações do Conselho Municipal de Cultura para a Economia Criativa do município, o cumprimento de seu papel como forma de Controle Social, contribuindo na proposição e implementação do Festival de Cultura e Arte de Camaçari, oportunizando um espaço de ampla divulgação cultural dos artistas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Controle Social, Conselho Municipal de Cultura, Políticas Públicas, Economia Criativa, Festival de Cultura e Arte.

SOCIAL CONTROL IN PUBLIC MANAGEMENT: A STUDY WITH THE SUPPORT OF A CULTURE CITY COUNCIL

ABSTRACT: The research has the goal to analyze Culture City Council's action in Camaçari-BA in the elaboration of a specific public policy, Camaçari's Culture and Art Festival. Therefore, an exploratory, descriptive study has been done, using a quality approach, taking into consideration all the public tenders and artists that have participated the editions that occurred from 2012 to 2016. Among the main results observed, Culture City Council's actions are pointed as relevant to Camaçari's Creative Economy, the fulfilment of its role as a Social Control way, contributing in the proposition and introduction of Camaçari's Culture and Art Festival, giving the opportunity to create a vast cultural space to promote the local artists.

KEYWORDS: Social Control, Culture City Council, Public Policies, Creative Economy, Culture and Art Festival.

1 | INTRODUÇÃO

Entender a importância da cidadania e da participação é fundamental para que se possa traçar novos rumos sociais, sendo a participação um instrumento de controle do Estado pela sociedade, possibilitando aos cidadãos a definição de critérios e parâmetros

para orientar a ação pública (TEIXEIRA, 2002). Além disso, participar também implica em interferir, colaborar e administrar (NOGUEIRA, 2005).

Tornar possível a sociedade participar ativamente do processo decisório foi uma das intenções da Constituição de 1988, quando previu o processo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, por meio da participação social nos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas (BRAVO, 2002).

Neste sentido, foram criadas ferramentas que possibilitam um maior nível de controle e acompanhamento das políticas públicas, dentre as quais se destacam, conforme Haas & Linhares (2012), Portais de Transparência, Conselhos Municipais, Audiências Públicas, e Conferências. Essas ferramentas são necessárias para que o Controle Social possa exercer suas principais funções: política, jurídica e social conforme Braga (2011), fazendo com que os cidadãos possam exercer de forma ativa sua participação na vida política e na gestão pública.

De acordo com a Controladoria Geral da União - CGU (2011), uma das ferramentas mais importantes no Controle Social são os Conselhos, pois, são instâncias de exercício da cidadania, que abrem espaço para a participação popular na gestão pública.

O presente estudo trouxe ao centro da discussão os principais pontos relacionados à atuação de um Conselho Municipal de Cultura em um município baiano, baseado em assembleias e conferências desenvolvidas junto à comunidade artística, no caso, o Festival de Cultura e Arte. Este representa um evento que buscou dar espaço a profissionais que não apenas buscavam um espaço para apresentar suas produções, mas também, repassar seu conhecimento visando o crescimento dos movimentos culturais no município. Nesse sentido, destaca-se que pelo MinC (2011), os conselhos têm o papel de:

propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências as diretrizes gerais do plano de cultura e acompanhar sua execução; apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura; e fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas. (MINC. 2011. p.27)

O segmento artístico de Patrimônio Cultural tem destaque, trazendo para sociedade, a importância de valorização de quem representa a história local, possibilitando que gerações diversas possam ter lembrar ou conhecer culturas presentes em seu municípios, que ainda são desconhecidas, fortalecendo a identidade cultural de seu povo. Desta forma, a pesquisa objetiva analisar a atuação do Conselho Municipal de Cultura em Camaçari-BA na formulação de uma política pública específica, O Festival de Cultura e Arte de Camaçari-BA no período de 2012-2016. A discussão sobre essa temática se faz relevante, pois, no município, existe um volume expressivo de artistas que buscam oportunidade de apresentar seus trabalhos e buscar valorização de sua arte.

Relevante também é o papel que este Festival traz para a Economia Criativa, utilizando a cultura como fator primordial de desenvolvimento do município, permitindo que tanto as questões educacionais quanto políticas sejam influenciadas positivamente por esta nova

forma de percepção das questões econômicas e sociais, mostrando ao município que a cultura pode ser vista como um fator de transformação de uma realidade, oportunizando à todos um espaço para demonstração de suas obras e de sua arte, podendo, inclusive, comercializá-las.

2 | DO CONTROLE SOCIAL AOS CONSELHOS MUNICIPAIS - UM PERCURSO NECESSÁRIO?

Controle social, conforme Coutinho (2006) e Bravo e Correia (2012) representa uma conjuntura de lutas sociais, contrário ao poder ditatorial do período vigente no Brasil no período de 1964-1985, em busca da redemocratização fortalecendo a sociedade no controle do Estado. Desta forma, a sociedade tem função de controlar as ações do poder público, adequando assim, à realidade da população, compreendendo suas necessidades e efetuando políticas que satisfaçam as demandas sociais.

Os espaços participativos de ação social estão atrelados com o poder da coletividade denotados por conselhos e conferências. Estes não se posicionam acima dos cidadãos e tão menos estão livres de disputas políticas ligadas a projetos societários; de cooptação e conflitos de interesses mesmo que não expressos (BRAVO; CORREIA, 2012).

Bravo (2009) e Bravo e Correia (2012) relatam que nos anos 1990, a prática do controle social passou a ter uma participação maior por meio dos vários mecanismos a ele oferecido. A importância do avanço da prática de controle social se fez necessário neste período para superar um período de retrocesso dos direitos sociais e da globalização do capital pelo modelo neoliberal. O ideário neoliberal no Brasil critica os direitos sociais forjados na Constituição de 1988 e seus ganhos para os cidadãos.

Ante esse contexto, têm-se o controle social na gestão pública. A partir daí os atores sociais podem adequar as ações estatais às demandas mais pertinentes a sua realidade e controlar os gastos desnecessários.

Campos (2000) propõe a defesa de espaços coletivos de gestão com a intenção de construir uma nova dialética entre autonomia e controle social nos coletivos organizados. A proposta segue a chamada reinvenção do sistema de gestão participativa:

um sistema de co-gestão em que coubessem vários tipos de arranjos institucionais, ou varias modalidades de espaços coletivos, ou seja, varias rodas de análise e co-gestão. Isso tanto em instituições como em organizações quanto em movimentos sociais" (CAMPOS, 2000.p.142).

No entanto, para que isso ocorra, a comunidade deve participar ativamente da gestão, para avaliar se suas propostas estão sendo efetivadas e readequadas à realidade social. Portanto, as instituições participativas concretizam a atuação dos cidadãos dentro da gestão local.

A relevância do controle e participação popular se faz mediante a não possibilidade de substituição do fluxo democratizador de ideias, de debates, de negociações e de compromissos nos órgãos colegiados de gestão, correndo o risco, desta forma, da participação dos representantes ficar limitada a demandas restritas e autoritárias, manipuladas muitas vezes pelos técnicos ou gestores do sistema (ARRETCHE, 2003).

A importância da participação popular nas ações da administração pública se faz pela necessidade de expor as reais demandas sociais e buscar formar políticas públicas com o intuito de sanar situações que põe em risco a própria população. As proposições de mudanças devem buscar a efetividade, que "afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população" (CASTRO, 2006, p. 5). Esta, confere se os atos do governo se fazem oportunos, viáveis e necessários, e principalmente se a sua implementação é democrática e satisfazendo as necessidades dos beneficiados (TORRES, 2004).

Nos conselhos municipais, por exemplo, são as possibilidades de mudança que avaliam a efetividade destas instituições, avaliando se os atores estão cumprindo com as finalidades do conselho (DEMANTOVA, 2003).

Carneiro (2002) afirma que a efetividade irá depender do perfil e trajetória pessoal e profissional dos envolvidos. Allebrandt (2003), por sua vez, sustenta algumas características inerentes à busca pela efetividade dos conselhos como forma de indicação, representatividade, autonomia e conhecimento dos conselheiros sobre os temas.

Faz-se necessário, portanto, a interação entre os membros dos conselhos juntamente com os movimentos sociais, no intuito de se atingir uma efetividade nas ações, e a sugestão de políticas que estejam de acordo com as condições enfrentadas pela sociedade (FLEURY, 2003). Segundo Kleba et al. (2010, p. 794) [...] "a efetividade destes conselhos tem sido condicionada por inúmeros fatores desde a capacidade de formulação e negociação de propostas, até o grau de autonomia dos atores que o constituem."

Vários fatores contribuem para que os conselhos municipais possam atingir o insucesso. A baixa presença, a falta de conselheiros, sobreposição do governo, falta de autonomia, perfil dos conselheiros, frequências de reunião, entre outros, estão entre os maiores problemas na busca da eficácia nos conselhos. (COTTA; MENDES; MUNIZ, 1998; GUIZZARD et al., 2004; LABRA, 2002).

Fleury (2003) explicita a necessidade de qualificação técnica dos componentes dos conselhos municipais, para que seus conselheiros possam ter o direito de receber as informações, e que de forma clara e objetiva, possa desenvolver políticas com sustentabilidade e coerência.

Castro (2006), ainda, sustenta que a representatividade numérica não necessariamente significa um conselho presente e atuante, a premissa para se atingir os objetivos desejados se configura um planejamento bem estruturado e capaz de retratar as mazelas sociais, que partindo deste ponto terá relevância nas sugestões de mudanças e de criação de políticas públicas.

Os conselheiros representam os interesses de vários segmentos da sociedade, o que demonstra que, quanto maior o vínculo do conselheiro com a sociedade, maior o espaço de diálogo e se terá mais condições de avaliar e perceber os verdadeiros interesses sociais.

2.1 Cultura e Economia Criativa: Um caminho promissor?

O conceito de economia criativa teve como sua origem a partir do termo indústrias criativas, que contou como inspiração o projeto Creative Nation, desenvolvido na Austrália, e sustentava a relevância do trabalho criativo e suas contribuições econômicas e tecnológicas para o país, trazendo em si, um sustentáculo das políticas culturais, reconhecendo o valor da originalidade, dos processos colaborativos e a prevalência de aspectos intangíveis na geração de valor, fortemente ancorada na cultura e em sua diversidade (REIS, 2008).

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) compreende a Economia Criativa como um conceito que engloba a criatividade como fator gerador de recursos, promovendo emprego, renda e interagindo com setores como o turismo, tecnologia e propriedade intelectual, sendo assim uma importante oportunidade de desenvolvimento.

Quando se trata de cultura, a economia criativa abre portas para pretensões dos países em desenvolvimento, apresentando a estes, um recurso farto que possui sob seu domínio, valorizando a autenticidade e o intangível cultural único e inimitável, destacando a possibilidade de ressaltar ao menos quatro abordagens do conceito de economia criativa conforme REIS (2008):

Concepção	Significado
Indústrias criativas	Um conjunto de setores econômicos específicos, cuja seleção é variável segundo a região ou país, conforme seu impacto econômico potencial na geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportações
Economia criativa	Abrange, além das indústrias criativas, o impacto de seus bens e serviços em outros setores e processos da economia e as conexões que se estabelecem entre eles, provocando e incorporando-se a profundas mudanças sociais, organizacionais, políticas, educacionais e econômicas
Cidades e espaços criativos	Vistos sob distintas óticas: combate às desigualdades e violência, atração de talentos e investimentos para revitalizar áreas degradadas, promoção de clusters criativos, transformação das cidades em pólos criativos mundiais.

Economia criativa como estratégia de desenvolvimento	Desmembra-se em duas abordagens complementares: a) O reconhecimento da criatividade, portanto do capital humano, para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos; b) Demonstração de como as mudanças econômicas e em especial as novas tecnologias alteram os elos de conexão entre a cultura (das artes ao entretenimento) e a economia, abrindo um leque de oportunidades econômicas baseadas em empreendimentos criativos.
---	--

Quadro 1 - Concepções presentes na ideia de Economia Criativa

Fonte: Adaptado de Reis (2008).

A utilização do termo Economia Criativa vem ganhando espaço quando se trata da discussão de políticas públicas para o setor cultural no Brasil, pois, numa era pós- industrial não é tanto o capital que se tem para investir em máquinas e insumos o que irá produzir riqueza, mas sim as ideias, a tal criatividade. Hartley (2005) defende que a ação das indústrias criativas, ultrapassam as linhas de análise apenas dos aspectos econômicos, influenciando, também, as questões educacionais e políticas, promovendo diretrizes que sejam voltadas a uma nova forma de enxergar as questões econômicas e sociais.

A Economia Criativa é mais uma política pública do que um conceito, sua prática pode variar conforme o entendimento que os agentes públicos têm, sem deixar de levar em consideração que a utilização do termo Economia Criativa já traz uma carga simbólica que não pode ser ignorada.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo utilizando a abordagem qualitativa por trabalhar com o universo de significados, motivos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas. Exploratório, visto que tem como objetivo proporcionar uma visão geral, aproximativa, acerca das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999).

O estudo foi realizado no Conselho Municipal de Cultura de Camaçari-BA. Foram coletados os dados por meio da técnica de análise documental, buscados através dos editais de lançamento e publicação dos resultados, no período de 2012 a 2016. Ao término da coleta os dados foram analisados e as informações registradas e agrupadas para proporcionar melhor clareza para o leitor e favorecer a discussão.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Conselho Municipal da Cultura de Camaçari (CMCC) foi instituído pela Lei municipal 1.017 de outubro de 2009. Desde sua criação, o CMCC, já conta com grandes

contribuições ao município, dentre elas, a realização da primeira Audiência Pública em outubro de 2010, em parceria com a Secretaria da Cultura do Município de Camaçari-BA, a fim de levantar as prioridades em investimentos para os segmentos culturais, divididos por Câmaras Setoriais, bem como a aprovação da lei municipal 1126/2010, que reorganiza o Fundo Municipal de Apoio à Cultura.

É de responsabilidade do Conselho o assessoramento da administração pública, vinculado ao órgão executor da política cultural do Município, com funções propositivas, opinativas, fiscalizadoras e consultivas.

Composto por vinte e três conselheiros, sendo, doze representantes dos diversos segmentos culturais da sociedade civil e onze representantes das secretarias municipais. A democratização das discussões sobre cultura no município e a contribuição com o processo de planejamento e normatização das políticas públicas de cultura em Camaçari são funções desenvolvidas pelo CMCC, garantindo assim o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Foi a partir de encontros, a exemplo de fóruns, conferências e audiências públicas de cultura, que já se iniciou o debate sobre um festival multicultural, representando desta forma, uma demanda constante da comunidade artística do município de Camaçari, sempre tendo o Conselho Municipal de Cultura como um instrumento de proposição e implementação de políticas públicas, refletindo o anseio social no que tange a temática da cultura.

No intuito de corresponder ao que sempre foi sugerido pela comunidade artística, o CMCC buscou propor à Secretaria Municipal de Cultura e à Prefeitura Municipal de Camaçari a realização de um evento que pudesse configurar-se num instrumento valioso para o aprofundamento das discussões sobre os aspectos culturais.

A partir da união de esforços entre o Conselho Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal e a Prefeitura Municipal de Camaçari, foi efetivada a realização do Festival de Cultura e Arte. Desde 2012, o Festival vem integrando o calendário anual das celebrações culturais, para a troca de experiências entre artistas oriundos dos diversos locais, além de toda sociedade civil. Um lugar de encontros e encantos, onde as mais diversas manifestações se intercalam em prol da cultura camaçariense, na busca por maior fruição dos saberes culturais e na democratização ao acesso às artes em suas distintas linguagens.

Nas 5 edições anuais estudadas (2012-2016), o Festival reuniu mais de 5.000 artistas, representando as diversas formas de arte, tais como, dança, teatro, poesia, bandas, Dj's, Cultura Popular, escritores, literários, filarmônica, artistas visuais em exposições artísticas e feira de artesanato, contemplando além da sede, outras localidades. Foram realizadas também diversas outras atividades culturais como Mostras de Curtas Estudantis, Sarau Literário e Oficinas Culturais, Shows, Workshops, Debates e Virada Cultural.

Este evento se consolidou com uma política de Estado e não uma política de gestão, este fato se confirma por ter atravessado gestões municipais, demonstrando a relevância social e a consolidação desta política pública, que nasceu do anseio da comunidade artística e beneficia toda a sociedade civil. Foram disponibilizados 10 segmentos das atrações, visando a diversificação das atuações e a disponibilidade ao público de vivenciar diferentes apresentações.

Nos anos de 2012 a 2016 foram contemplados 10 (dez) segmentos diferentes entre si (Artes visuais, Artesanato, Audiovisual, Radiodifusão e novas mídias, Dança, Design e moda, Gastronomia, Literatura, Música, Patrimônio Cultural e Teatro), gerando uma diversidade cultural à disposição da sociedade, refletindo uma demanda social relatada nos encontros promovidos pelo Conselho.

A diversidade de segmentos também surgiu da oportunidade de divulgar a cultura como forma de desenvolvimento econômico e social, demonstrando para a sociedade que a economia criativa estimula a geração de renda, cria empregos, etc, abrangendo os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários, conforme preconiza Hartley (2005) e Reis (2008).

O Conselho, desta forma, desempenhou o seu papel de deliberativo, pois, após inúmeras discussões, buscou se articular com a Secretaria Municipal de Cultura e a Prefeitura Municipal para que as mesmas aceitassem a proposta de ampliar a estrutura do Festival, baseada numa tomada de decisão fundamentada em inúmeras análises e diversos debates com a sociedade.

A diversidade de temas tratados em cada segmento surgiu da proposta do Conselho em representar, desde as Artes Visuais até o Artesanato, a diversidade cultural que cada segmento pode apresentar, sendo possível perceber que fora tratado de temáticas como política, economia, saúde, educação, etc, dando oportunidade aos artistas demonstrarem suas insatisfações, seus anseios e suas sugestões a um futuro promissor, baseado em sua realidade.

Uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura, a Prefeitura Municipal, e o Conselho Municipal de Cultura de Camaçari, decidiu, pela sua importância histórica e riqueza cultural, que todas as atrações vinculadas ao Patrimônio Cultural do município seriam contempladas automaticamente no evento, tendo agenda em todos os dias de apresentações, para que a sociedade civil pudesse apreciar os artistas que representavam a história, a cultura, a arte, a identidade da população camaçariense, demonstrando a importância de resgate de suas raízes, construindo um futuro sem esquecer do seu passado.

Todo o processo de seleção foi apresentado em forma de Edital, sendo este, uma das exigências do Conselho, para que se pudesse cumprir a competência normativa em todo o processo. Todas as atrações foram criteriosamente avaliadas e comprometidas a cumprir as exigências dos ditames do evento.

Percebendo o potencial dos artistas que buscavam participar do evento, principalmente após a realização do primeiro ano, foi decisivo o acordo entre a Secretaria Municipal de Cultura, a Prefeitura Municipal, e o Conselho Municipal de Cultura de Camaçari em ampliar a quantidade de atrações e artistas nos eventos posteriores, visto que, o aumento ficou evidente nos anos seguintes, tendo uma variação negativa apenas no ano de 2015, por conta de limitação orçamentária para investimento no evento, porém, no ano de 2016, superou as expectativas transformando o Festival de Cultura e Arte daquele ano, no de maior destaque dentre todos, oportunizando à cidade de Camaçari, a acessibilidade a este bem relevante para a economia, cultura e a história do município.

5 | CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES

O Conselho Municipal de Cultura de Camaçari-BA teve como destaque o seu papel consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativo, por meio de uma proposta de política pública que nasceu de uma das principais características do Controle Social, que é a participação popular no processo de construção e a representação das demandas sociais. A ativa atuação da sociedade nas reuniões e assembleias apresentou para os representantes do Conselho, uma necessidade de proposição, formulação e implementação de uma ação que pudesse satisfazer uma demanda que ansiava por espaço.

Foi a partir desta discussão ampla, sobre a pouca representatividade da cultura que foi proposto à Secretaria Municipal de Cultura e Prefeitura Municipal um Festival, com característica plural e diversificada, surgindo a partir da aceitação de todos os órgãos envolvidos, o Festival de Cultura e Arte de Camaçari-BA.

Neste trabalho, foram estudados os anos de 2012 a 2016, demonstrando de forma analítica a importância do Conselho Municipal de Cultura no período estudado, apresentando a relevância de sua representação social e suas intervenções na busca de propostas que fortaleçam o movimento cultural e a acessibilidade cada vez maior de seus artistas locais. O Festival representou uma política pública capaz de promover a universalização do acesso da população aos bens e às produções culturais, garantindo a existência de espaços de fortalecimento da cultura no município.

O período estudado também foi caracterizado pela atuação mais efetiva da comunidade artística do município, que a cada ano percebia a importância de valorizar, impulsionar e cobrar a continuidade do Festival, fato este, que atravessou gestões municipais, podendo ser vista como uma política de Estado, e não uma política de gestão.

Concluindo, o Conselho Municipal de Cultura de Camaçari significou, para esta política pública, um elo político entre a sociedade e a administração pública, participando do processo decisório, contribuindo tecnicamente em debates com a gestão pública, permitindo o esclarecimento da relevância deste tipo de evento, reproduzindo esta ação num festival que trouxe não só o acesso, mas também o espaço para divulgação da cultura

que o município oferece, descobrindo novos talentos e potencializando a economia local através da economia criativa gerada pela cultura. O Conselho, desta forma, para esta ação governamental cumpriu o seu papel consultivo, deliberativo e normativo, propondo, formulando e implementando ações em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e a Prefeitura Municipal.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L. Conselhos municipais: potencialidade e limites para a efetividade e eficácia de um espaço público para a construção da cidadania interativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Anais...Atibaia: ANPAD, 2003. 2003,

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.18, n.51, pp.7-10, 2003.

CASTRO, R. B. DE. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. In 30 Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Anais...2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília.

BRAVO, M. I. Gestão democrática na saúde: a experiência dos conselhos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 3. Brasília: ABEPSS, 2002.

BRAVO, M. I. S. e CORREIA, M.V. C. Desafios do Controle social na atualidade. Revista Serviço Social e Sociedade, n.109, p. 126- 150, jan./mar. 2012.

CAMPOS, G., W. S. Um método pra análise e co-gestão de coletivos: a constituição do sujeito a produção de valores de uso e a democracia em Instituições o método da Roda. São Paulo: Hucitec, 2000.

CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 2, 2002.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

COTTA, R. M. M.; MENDES, F. F.; MUNIZ, J. N. Descentralização das Políticas Públicas de Saúde: do imaginário ao real. Viçosa, MG: UFV, 1998. 148 p.

DEMANTOVA, C. G. A eficácia dos conselhos gestores: estudo de caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas, SP. Campinas: UNICAMP, 2003. 155 p.

FLEURY, S. Concertação e efetividade da ação política: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORM DEL ESTADO Y DE LA ADMINSTRACION PÚBLICA, 7., 2003,

Panamá. Anais... Panamá: UNPAN, 2003. p. 21-31.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIZARDI, F. L. et al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das conferências nacionais de saúde. *Physis: Revista e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 15-39, 2004.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.93, n.235, p. 836-863, dez. 2012.

HARTLEY, J. "Creative industries". In: HARTLEY, J. (Org.), *Creative industries*. Malden, MA: Blackwell, 2005.

KLEBA, M. E. et al. O papel dos conselhos gestores de políticas públicas: um debate a partir das práticas em conselhos municipais de Chapecó, SC. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 3, p. 793-802, 2010.

LABRA, M. E. Capital social y consejos de salud en Brasil: ¿un círculo virtuoso? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, p. S47-S55, 2002.

MINC. Guia de orientações para os municípios - Sistema Nacional de Cultura: perguntas e respostas. Brasília, MINC/ CNPC/SAI, 2011.

NOGUEIRA, M. A. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REIS, A. C. F. (Org). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo, Itáu Cultural, 2008.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, 2002.

TORRES, M. D. de F. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z


Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 